POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Deize Heloiza Degrande Cruz, Alberto Albuquerque Gomes

Universidade Estadual Paulista o – UNESP, Presidente Prudente, SP, E-mail: deize_heloiza@hotmail.com

RESUMO

Este artigo apresentará um breve histórico sobre as políticas educacionais para escola pública do campo relatando leis, projetos, fatores importantes e análises de dados que beneficiarão a compreensão da atual situação educacional brasileira. Teremos como objetivo refletir sobre os elementos principais das políticas educacionais de 1990 aos anos 2000, considerando principalmente a gestão do governo de Fernando Henrique Cardoso, para o estabelecimento de mudanças na educação pública também voltada para o campo, numa perspectiva educacional, histórica e social. Através da pesquisa bibliográfica analisaremos a nova Lei de Diretrizes e Bases de 1996 e o projeto FUNDEF incorporado pela Emenda Constitucional n.º 14, de setembro de 1996, buscando favorecer a elucidação dos benefícios atribuídos e medidas que regem as políticas educacionais da escola do campo.

Palavras chave: Educação. FUNDEF. Escola do Campo. LDB. Política educacional. Governo FHC.

EDUCATIONAL POLICIES AND FIELD EDUCATION

ABSTRACT

This article will present a brief history of educational policies for the public school in the field, reporting on laws, projects, important factors and data analysis that will benefit the understanding of the current Brazilian educational situation. We will aim to reflect on the main elements of educational policies from 1990 to the 2000s, mainly considering the administration of the Fernando Henrique Cardoso government, for the establishment of changes in public education also directed to the field, from an educational, historical and social perspective. Through the bibliographic research, we will analyze the new Law of Guidelines and Bases of 1996 and the FUNDEF project incorporated by Constitutional Amendment no. 14, of September 1996, seeking to favor the elucidation of the attributed benefits and measures that govern the educational policies of the country school

Keywords: Education. FUNDEF. School of the Field. LDB. Educational politics. Government FHC.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objeto relacionar o contexto histórico da política educacional brasileira no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) suas principais proposições, materializações e as influências na manutenção e valorização da escola pública do campo. Para isso foi realizada uma investigação sobre as reformas educacionais mais marcantes e os benefícios que os mesmos proporcionam deste universo.

A partir da problemática levantada, o objetivo geral foi refletir sobre os elementos principais das políticas educacionais dos anos 1990 aos anos 2000, para o estabelecimento da educação voltada para o campo, numa perspectiva educacional, histórica e social. Para tanto os objetivos específicos foram: a) Realizar um estudo bibliográfico sobre o contexto histórico educacional das reformas do ensino de 1990; b) Identificar os benefícios dessas reformas para as escolas do campo; c) Refletir quais programas educacionais possuíram aspectos positivos para a educação pública, em especial o FUNDEF¹.

A escolha do tema se deu pelo interesse em investigar profundamente os dados colhidos durante as aulas ministradas pelo Professor Dr. Silvio Cesar Nunes Militão e a importância de se conhecer as políticas educacionais voltadas para os aspectos e necessidades da escola pública.

Algumas perguntas têm surgido sobre este tema: Houve medidas especiais e importantes nos anos de 1990 a 2000 para a escola rural? Será que a política educacional que ocorre nas escolas do campo foi implantada considerando as necessidades educacionais e culturais da escola do campo?

Por fim, este artigo pretende refletir sobre a importância da política educacional brasileira, analisar o contexto histórico das reformas de ensino e identificar no governo Fernando Henrique Cardoso as influências das reformas educacionais na manutenção e valorização da escola pública do campo.

Os anos de 1990 foram marcados por diversos encontros e movimentos para as discussões da realidade educacional brasileira, expressando o enfrentamento de dois movimentos fortes e opostos, marcados por dois partidos políticos, que determinariam os rumos da educação brasileira.

Professores e alfabetizadores eram contratados por experiência de vida e não havia um regimento forte que regularizasse as funções dos docentes, nem medidas que amparassem as escolas públicas e muito menos as escolas rurais.

Inicia-se nessa década uma forte abertura às multinacionais, a venda de estatais brasileiras, para melhoria da economia brasileira e o financiamento de programas educacionais, visando à erradicação do analfabetismo.

Segundo Arelaro (2000, p.97):

É nesse governo que os organismos internacionais – O Banco Mundial, o UNICEF e a UNESCO – vão pressionar o Brasil, em razão de seu atraso evidenciado por estatísticas educacionais, e propor compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional, cujo lema “Educação para Todos” se constitui critério para recebimento prioritário de empréstimos internacionais.

No ano de 1996, esse projeto de FHC (reeleito pelo voto direto) fortifica-se, visando impulsionar a educação, melhorar a qualidade, mas sem perder a essência e “[...] adequando-se a lógica da racionalidade que preside a reforma: só financiar com recursos públicos o que oferecer retorno” (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2000, p. 92).

Além disso, no que se refere à educação Vieira (2008; p. 180) destaca:

¹. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Lei nº 9.424 de 96/97), substituído pela Lei 11.494/07 durante o governo Lula que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da Educação – FUNDEB, abrangendo todos os níveis do ensino básico.

A prioridade fundamental da política educacional no governo Fernando Henrique consistirá em incentivar a universalização do acesso ao primeiro grau e melhorar a qualidade do atendimento escolar, de forma a garantir que as crianças tenham efetivamente a oportunidade de, pelo menos, completar as oito séries do ensino obrigatório.

O projeto de Lei de Diretrizes e Bases (LDB), apresentado pelo Senador Darcy Ribeiro, atropelando o projeto de Lei “Jorge Hage” (PL Nº 1.258/88) amplamente debatido por vários setores da sociedade brasileira, foi aprovado, requerendo maior qualificação dos profissionais da educação, atribuindo função administrativa às escolas, estabelecendo a separação do ensino médio, técnico e tecnológico, além de reorganizar medidas e investimentos em todas as áreas, também no ensino superior.

Para Durham (2010, p.158), essas inovações de FHC repercutiram positivamente para a escola pública, principalmente para o ensino fundamental:

O ensino fundamental vinha crescendo a níveis elevados durante o governo Itamar, mas com a matrícula concentrada nas séries iniciais, continuou a crescer substancialmente no governo Fernando Henrique, especialmente nas séries finais. [...] mais alunos estavam conseguindo se formar, o que ampliou a procura pelo ensino médio.

A evidente preocupação do governo com o Ensino Fundamental se concretizou com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), uma das políticas educacionais mais discutidas neste período, incorporado pela Emenda Constitucional n.º 14, de setembro de 1996, e regulamentado pela Lei n.º 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e pelo Decreto nº 2.264, de junho de 1997, “Seu objetivo é promover a universalização, a manutenção e a melhoria qualitativa desse nível de ensino, particularmente, no que tange à valorização dos profissionais do magistério em efetivo exercício” (MEC, 2004).

A escola rural começou a ser beneficiada com 25% a mais do que as escolas urbanas pelo FUNDEF. Devido às suas dificuldades de acesso, recursos foram destinados para transporte dos alunos e um projeto político pedagógico elaborado para questões referentes à sua realidade cultural foram aspectos introduzidos pelo Estado.

Os movimentos sociais ganham força neste período, principalmente os defensores da Reforma Agrária Brasileira (como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais), que lutavam por um projeto político educacional voltado para o campo e que fosse do campo.

Desta forma, a educação rural é incorporada na LDB com uma atenção especial a essas diferentes manifestações culturais predominantes; no artigo 28, o sistema de ensino brasileiro se reorganiza para atender as peculiaridades da vida rural, considerando o aspecto de cada região:

- I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Assim, a educação social da escola rural, ganha estruturas repensadas para a realidade de seus alunos, tão centradas nos moldes urbanos. Também ganha através desta lei responsabilidades administrativas e funções para adequar seu desempenho ao sistema de ensino público.

Os profissionais do campo deveriam buscar sua auto preparação, para atender as respectivas diferenças de ambientes, (os aspectos divergentes à escola urbana), dentro do sistema nacional de ensino universalizante e administrativo, com práticas pedagógicas diferenciadas para alcance da efetiva aprendizagem dos alunos.

METODOLOGIA

Para a construção desse artigo utilizamos a pesquisa bibliográfica. Apoiamo-nos em sites, textos e artigos científicos que nos permitiram uma pesquisa mais aprofundada sobre o tema, pois, a pesquisa bibliográfica favorece ao pesquisador, a comparação de vários assuntos, com diferentes visões, para o desenvolvimento da reflexão sistematizada.

De acordo com Gil (2008, p. 50), “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. E esta é a vantagem que “[...] se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço”, ou seja, é possível levantar por meio de leituras e análises empíricas, dados, informações e contextos históricos, sem vivenciarmos diretamente os acontecimentos. Podemos pesquisar com riqueza de detalhes os fatos que ocorreram em épocas muito distantes e analisar diversos autores e pontos de vista.

A pesquisa bibliográfica se caracteriza pelo fato de permitir que seu utilizador resgate a leitura, análise e busque a interpretação de materiais publicados cientificamente sobre determinado tema sem necessitar estar no espaço físico onde ele acontece de forma a favorecer uma investigação mais profunda e trazer o esclarecimento de certas hipóteses diante a análise de diversos autores.

Para Gil (1991, p. 49), o material selecionado para a pesquisa de caráter bibliográfico deve passar por quatro etapas:

- a) Seleção bibliográfica e documentos afins à temática e em meios físicos e na Internet, interdisciplinares, capazes e suficientes para que o pesquisador construa um referencial teórico coerente sobre o tema em estudo, responda ao problema proposto, corrobore ou refute as hipóteses levantadas e atinja os objetivos propostos na pesquisa;
- b) Leitura do material selecionado;
- c) Análise e reflexão crítica sobre o material selecionado;
- d) Exposição dos resultados obtidos através de um texto escrito.

Assim será possível obter resultados verídicos, comprovar ou não as hipóteses e encontrar fundamentos daquilo que já se foi descoberto por pesquisadores da área, permitindo a progressão nos assuntos pesquisados e a formulação de novas hipóteses e objetivos.

Para Marconi e Lakatos (2010, p. 166) “sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas”, desta forma a pesquisa bibliográfica abrange todo o tipo de documento publicado sobre o assunto abordado.

Enfim, a pesquisa bibliográfica permite a leitura e a análise de materiais pesquisados e publicados em periódicos especializados sobre o tema em questão, tornando possível abranger os fundamentos e exploração da gênese dessa produção sem estarmos no lugar onde o fato acontece.

RESULTADOS

Os dados obtidos nesta pesquisa nos permitem a análise e compreensão de elementos que norteiam as políticas educacionais para escola pública do campo, as análises permitem a verificação da atual situação educacional brasileira.

O período governado por Fernando Henrique Cardoso foi de mudanças decisivas para a melhoria educacional, pois além de firmar economicamente o país, estabeleceu Leis de Diretrizes e Bases para organizar a educação, beneficiando também a escola do campo, considerando sua dificuldade de recursos e acesso.

O desenvolvimento de projetos como o FUNDEF, proporcionou melhorias para as escolas de cidades menores e escolas do campo que se localizam longe dos centros urbanos, contudo a função avaliadora e supervisora do Estado se fortalecem a cada dia, surgindo novas leis que mudaram e ainda transformam a educação pública influenciadas nos moldes neoliberais.

Por fim, é possível observar que, a política educacional pública nos anos de 1990 aos anos 2000 modificou grandemente a realidade educacional brasileira, mesmo que esteja longe de suprir todas as necessidades, inúmeras discussões e leis foram estabelecidas e atribuições novas as redes de ensino foram e são incorporadas, as escolas do campo como todas as escolas públicas são beneficiadas com os programas e formas de financiamento educacionais, porém todas recebem atribuições administrativas e preveem o desenvolvimento do desempenho profissional e dos estudantes através de supervisão de controle governamental.

DISCUSSÃO

Leis começaram a serem implantadas no período de 1990 com o intuito de prender a população em seu ambiente rural, ofertando uma educação privada de inovações, preservando além de tudo, a cidade da superlotação ou oferecendo algum tipo melhoria no ensino com o intuito de qualificar a mão de obra para a produção em massa.

Ideias neoliberais se intensificaram, porém grandes avanços educacionais também surgiram, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 transformou muitos conceitos de especialistas e do cidadão Brasileiro, dúvidas repercutiram e no governo de FHC novos horizontes foram traçados, alguns para melhoria outros para consolidação do neoliberalismo.

Neste meio, a educação do campo gera discussões especiais, e leis são concretizadas para qualidade do ensino destes cidadãos, programas de acesso e permanência dos alunos a essas escolas são regulamentadas e fundos obtidos são criados para se assegurar uma educação própria e com aspectos que abrangesse e respeitasse as necessidades e interesses dos alunos do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo nos permitiu a contextualização das políticas públicas durante cenário as reformas de ensino dos anos 1990, que foi referenciado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, período este determinante para os defensores, pesquisadores e educadores da escola do campo.

Movimentos educacionais e a população brasileira buscavam avanços em políticas públicas para ampliação dos direitos sociais até então frustradas pelos projetos de desenvolvimento neoliberais, no governo FHC a capacitação dos recursos humanos da educação tornou-se uma das prioridades para melhoria e eficácia da educação pública, começou-se a repensar nas práticas pedagógicas diferenciadas para os professores do campo.

As inúmeras intervenções na educação, a partir de 1995, durante o governo FHC, modificam grandemente a realidade educacional da escola pública, surgem programas para erradicação da distorção idade-série e programas de incentivo a estes estudantes (como o programa FUNDEF), há a separação entre o ensino médio, técnico e tecnológico, todos os níveis de ensino ganham responsabilidades administrativas e de capacitação de recursos humanos, o Estado intensifica sua função avaliadora (...). Todos estes aspectos repercutem diretamente na escola pública do campo, que lutou e ainda luta por um currículo pensado para atender suas características.

Por meio da LDB, reformas visaram universalizar a educação, tornar a educação em todos os estados mais equitativos, separar o ensino médio, técnico e tecnológico, e atribuir às redes de ensino o caráter administrativo para elevar o índice educacional do país, descentralizando suas tarefas e implantando sistemas de avaliações do desempenho dos profissionais da educação e dos estudantes das escolas públicas.

Esta pesquisa bibliográfica permitiu a análise de reformas mais marcantes para a educação rural e da trajetória da Política educacional que nos remete a mudanças e principais programas e leis que influenciam as práticas pedagógicas de hoje.

Por fim, percebemos que os anos de 1990 foram de grandes transformações estabelecidas pela política educacional brasileira; por meio da LDB/96 novas orientações foram instituídas, tanto para apoio como de objetivo avaliador, programas importantes foram implantados e movimentos voltados para a educação do campo foram importantes para se repensar na verdadeira educação universal e qualitativa.

REFERÊNCIAS

ARELARO, L. R. G. Resistência e submissão: a reforma educacional na década de 1990. In: KRAWCZYK, N. ; CAMPOS, M. M; HADDAD, S. (Orgs). O cenários educacional latino-americano no limiar do século XXI: reformas e debates. Campinas: Autores Associados, 2000.

BRASIL, Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em 29 Mai. 2018.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Publicado no Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Manual de Orientação. Brasília: Maio de 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Fundebef/manual2%5B1%5D.pdf> Acesso em: 31 Mai. 2018.

DURHAM, E. R. A política educacional do governo Fernando Henrique Cardoso: uma visão comparada. Novos estudos CEBRAE, CIDADE, nº 88, p. XX-XX, nov. 2010.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ªed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A.. Metodologia do Trabalho Científico. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LEITE, S. C. Escola rural: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. Política educacional. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

VIEIRA, S. L; FARIAS, I. M. S. de. Política educacional em tempos de transição (1985-1995). 2 ed. Brasília: Líber Livro, 2008.